

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS

UNIVERSITY EXTENSION AS POSSIBILITIES FOR OVERCOMING RACIAL INEQUALITIES

Regina Silva Bonfim **1**
Warley Carlos de Souza **2**

Resumo: O presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de refletir a importância da extensão universitária. Com o objetivo de repensar o modelo de extensão universitária que é ofertado, sobretudo, a população negra, que se apresenta de forma assistencialista. Bem como refletir, sobre as artimanhas do modelo econômico vigente que aponta extensão como possibilidade de obtenção de dividendos e o caminho de entrada na universidade para sua privatização. Procurou-se desse modo auxiliar na construção de um novo modelo de extensão que se pauta na alfabetização política e social de indivíduos negros.

Palavra-chave: Educação. Extensão. Desigualdade. Racismo.

Abstract: This work was developed in order to reflect the importance of university extension. The objective of rethink the model of university extension that is offered, above all, the black population, which presents itself in an assistentialist way. As well as reflecting on the antics of the current economic model that points to extension as the possibility of obtaining dividends and the way of entry into the university for its privatization. In this way, an attempt was made to assist in the construction of a new extension model based on the political and social literacy of black individuals.

Keyword: Education. Extension. Inequality. Racism.

Especialista em Psicopedagogia. Atua na Secretaria Municipal de Educação de Barra do Garças/MT. **1**
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3707520316058214>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8908-3153>.
E-mail: reginasilvabonfim@hotmail.com

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Universidade Federal de Mato Grosso/Campus Araguaia. **2**
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5082809234439322>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-003-2045>.
E-mail: warleycarlos@yahoo.com.br

Introdução

A sociedade em sua trajetória de desenvolvimento passou por diversos momentos que marcadamente deram características a gerações futuras, dessa forma, a igualdade, a fraternidade e a liberdade representam lema de uma herança social recebida por nós.

Diante disso, todos deveríamos ser depositários e guardiões de tais premissas, mas ao contrário disso, alguns foram escolhidos para não serem nem um ou outro. Dessa forma, os negros, enquanto raça/etnia, representam um exemplo disso, pois, ao longo da história da humanidade e, nesse caso, da sociedade brasileira, inicialmente considerados como seres inferiores sob todos os aspectos e, por consequência não poderiam receber a tão disseminada educação da era moderna.

Assim se pode mencionar, a proibição de frequentar escola por força da lei, do estado brasileiro, lembrando que a revolução francesa obrigou a sociedade a massificar e ampliar o número de vagas, na instituição escola, mas essa massificação não coube todos da sociedade brasileira.

Dessa maneira, tal ação reverbera nas gerações futuras geradas por esses negros, ou seja, numa sociedade que está se constituindo tendo como base o conhecimento, determina que alguns não o receberá. Diante disso, a sociedade de classes que se estrutura, tem em sua base o proletariado e poderíamos dizer que abaixo desses, estariam os negros, tal divisão se justifica em função de que o proletariado, poderia frequentar escola e obter o conhecimento dela advindos, por outro lado, o Estado proibia a presença de negros no interior da escola.

Diante disso, a herança recebida pelos descendentes dos negros foi sempre a pobreza, pois, sem o conhecimento escolar não possuíam a mínima condição de se quer chegar à condição de proletariado.

Dessa forma, diferenças biológicas foram transformadas em diferenças sociais, em nome das diferenças biológicas entre brancos e negros, se é que elas existem, foram retirados dos negros os direitos civis, e, assim, não poderiam votar, não tinha acesso à escola, por conta disso, estavam a margem da margem. Somado a isso, a mobilidade social defendida pela luta de classes não se aplica ao indivíduo de pele negra.

Tais fatores objetivam a colocação dos negros coletiva e individualmente na condição de sub, ou melhor, na condição de infradotados, ou seja, sua inteligência diminuta o impede de ser civilizado, conseqüentemente frequentar escola. Dessa forma, mesmo após a revogação da referida lei, o estigma que se criou em função dela, acompanha o indivíduo negro do nascimento até a morte.

Desse modo, o estado deixou lacunas na formação humana desses indivíduos, posto que, os negros foram proibidos de serem inseridos nas instituições escolares, por várias décadas, assim, a partir da abolição, a situação do negro ficou pior, pois com o sistema capitalista emergente, o negro se viu sem: emprego, estudos, moradia, continuando à margem da sociedade, assim, esses indivíduos foram se amontoando e sobrevivendo nos subúrbios dos aglomerados urbanos que mais tarde se tornariam as chamadas favelas, sem cuidados oferecidos pelo estado emergente (MOURA, 2019).

Ademais, a história da população negra no Brasil, ficou marcada no período da escravidão por diversos abusos, exploração e, pós abolição pelo descaso, discriminação e marginalização. Neste sentido, Moura faz afirmações pertinentes:

Essa grande massa negra - repetimos -, barrada socialmente de forma sistemática, através de inúmeros mecanismos e subterfúgios estratégicos, colocada como rescaldo de uma sociedade que já tem franjas marginalizadas em consequência de sua estrutura de capitalismo dependente, é rejeitada e estigmatizada, inclusive por alguns grupos da classe média negra que não entram em contato com ela, não lhe transmitem identidade e consciência étnicas, finalmente não a aceitam como o centro nevrálgico do dilema racial no Brasil e, com isso, reproduzem uma ideologia que justifica vê-la como periférica, como o negativo do próprio problema do negro (MOURA, 2019, p. 31).

O estigma passa a ser a marca do negro, pois, a cor da sua pele passa a representar quem ele é, dessa forma, o simples fato de ter a pele negra, denota deficiências, insuficiências, bem como e, em função disso era considerado um objeto, como consequência irracional, por extensão incapaz de aprender os padrões europeus.

Diante disso, os ventos da revolução burguesa se sopraram pelo mundo todo, depositou na instituição escola a função de construir o novo cidadão, cidadão esse que, deveria ser ordeiro, disciplinado e, acima de tudo, racional.

Racionalidade essa que deveria ser dada pela ciência, que se estrutura juntamente com o ideário dessa nova sociedade, assim ficar fora da escola representa permanecer fora da sociedade que se estrutura.

Por essa perspectiva Souza aponta que:

A entrada na escola aponta na direção da construção de um novo projeto de homem e de sociedade, assim sendo, cada criança matriculada na escola, representa sumariamente a tentativa de construção do novo, de um novo homem, que se configura com os princípios do projeto de sociedade. Nesse sentido, os mais capazes de internalizar o seu funcionamento e a competição, receberão cargos de chefia, os menos capazes, mas, com capacidade de se adequar as normas do jogo social, receberão cargos medianos, e os incapazes de adequação as normas estabelecidas devem ser banidos do contexto escolar e, sobre os mesmos recaíram todos os tipos de estigma (SOUZA, 2018 p.220).

Posto isto, os indivíduos que não se enquadrariam nessas características seriam considerados inaptos para a escola e como consequência para a coletividade, desse modo, o modelo emergente de sociedade gera e administra uma infinidade de inaptos, exclusivamente por sua biologia, deste modo, os deficientes, os índios e os negros, passam a serem vistos como inaptos para receberem a escolarização e como consequência para a vida social.

Associado a isso se pode mencionar que, a universidade deveria fundamentar os espaços escolares por meio dos conhecimentos produzidos em seus diferentes espaços, bem como, com a formação de professores que também ocorreriam em seus domínios, dessa forma, os conhecimentos produzidos no interior da universidade impactam sobremaneira a organização e funcionamento da sociedade.

Inicialmente o conhecimento produzido tinha como base a ciência positivista, que objetivamente tem como princípio, o medir, o quantificar e o comparar, o que marcou significativamente o negro, que ficou marcado negativamente pela ciência e na sociedade, em função do conhecimento racista produzido pelas universidades.

Influenciado pelos ideais positivistas, o estado brasileiro ao se fortalecer, ao criar suas prioridades, sobretudo, sobre a educação, não se empenhou em garantir efetivamente o processo educacional dos negros, uma vez que, a ciência positivista presa em suas verdades eugênicas, afirmava que seria perda de tempo educar esse indivíduo, por acreditar que esse jamais chegaria à condição humana em função de sua biologia limitada.

Posto isso, acredita-se que o processo histórico da educação brasileira, desde o colonialismo aos dias atuais nos apontam várias realidades de desigualdades sociais, raciais, presentes dentro e fora do âmbito educacional. Pois, a cada nova política de Governo e de Estado executadas em diferentes momentos, aumentam tais desigualdades de acesso, permanência e sucesso no contexto escolar.

Visto que, os mais frágeis socialmente são sempre vítimas de tais políticas, dentre esses, podemos mencionar as mulheres, os homoafetivos e os negros, que encontram dificuldades de entrar e permanecer no mercado de trabalho em função de sua baixa escolaridade e\ou ausência, ainda, em função do estado não possuir políticas públicas permanentes de amparo a essa população.

Nessa direção nos esclarece Souza:

Ser considerado branco era ser considerado útil ao esforço de modernização do país, daí a possibilidade mesma de se embranquecer, fechada em outros sistemas com outras características. Branco era (e continua sendo) antes um indicador da existência de uma série de atributos morais e culturais do que a cor da pele. Embranquecer significa, numa sociedade que se europeizava, compartilhar os valores dominantes dessa cultura, ser um suporte dela. Preconceito, nesse sentido, é a presunção de que alguém de origem africana é “primitivo”, “incivilizado”, incapaz de exercer as atividades que se esperava de um membro de uma sociedade que se “civilizava” segundo o padrão europeu ocidental (SOUZA, 2017, p. 70,71).

Diante do exposto, o conhecimento produzido no interior dos limites da universidade gera impacto para romper ou alimentar os pré-conceitos e mitos enraizados na sociedade. Dessa forma, a universidade assume também a função de construir e reconstruir os conhecimentos que terão significados nos diferentes contextos sociais. Em função disso, a universidade que existe em formato de um tripé a saber, o ensino, a pesquisa e a extensão, que devem em via de regra estar a serviço da sociedade. A esse respeito o autor assevera: “produzir conhecimento, social e cientificamente relevantes, e tornar o conhecimento existente acessível a todos” (BOTOMÉ, 2001, p. 692).

Logo, o objetivo desse texto é refletir sobre o modelo de extensão universitária e sua relação com a discriminação sofrida pelo negro em diferentes espaços da sociedade, sendo privados de conhecimentos culturais/ científicos, os quais são de suma importância formação humana.

Extensão Universitária e o Racismo: Aproximações e Tensões

O conhecimento produzido no interior da universidade deve ser fruto de reflexões da realidade vivenciada fora e dentro de seus limites, em última instância entenderem que o conhecimento emana da sociedade e para ela deve voltar. Portanto, a extensão universitária tem relação direta com proposições de mudanças das realidades, ou seja, com as desigualdades sociais.

A estruturação da universidade num formato de tripé, em que se localizam com forças iguais, o ensino, a pesquisa e a extensão, vão se manifestar nas ações extensionistas, dessa forma, a extensão não sai da universidade sozinha, pois, esse contato com o mundo existente fora dos muros da universidade deve ser valorizado como a possibilidade de refletir a viabilidade dos conhecimentos produzidos. A esse respeito, assevera os autores:

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações sócio-educativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (ROCHA 2007 apud SILVA, 2011, p.2).

Dessa forma, os projetos e programas de extensão não podem visualizar a realidade como sendo estanques, acreditando que programas assistencialistas e esporádicos resolverão os problemas sociais. Pois, a realidade se manifesta de forma contraditória, alienada e fragmentada, assim, as ações de extensão, devem questionar sempre a realidade compreendendo os movimentos históricos que a constituem.

Posto isto, o diálogo entre a universidade e sociedade que acaba construindo o conhecimento que se caracteriza de fato como mudança da realidade em que se está inserido.

Diante disso,

Freire nos aponta os riscos da extensão assistencialista, na qual a universidade se julga detentora de um saber superior, que tem de ser transmitida sem indagações e confronto, portanto, para que a troca de conhecimentos aconteça de fato, se faz necessário que ambos estejam abertos para “educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber” a “sede da ignorância” “para salvar, com este saber, os que habitam nesta” (FREIRE, 1977 apud CALIPO, 2009, p. 4).

Com base na citação dos autores, compreende-se que numa relação de completude, em que o diálogo se baseia em falas de ambos os lados, ou seja, a universidade não aparece como única produtora e detentora de um conhecimento universal e, por sua vez, colocaria a sociedade numa condição subalterna. Assim, a aproximação entre universidade e comunidade se faz necessária para produção de conhecimento socialmente referenciado.

Neste sentido, a importância dos projetos e programas de extensão se demonstra por meio da aproximação entre os conhecimentos e experiências de professores e alunos, bem como a população, pelo de processo de ensino aprendizagem a partir de práticas cotidianas, juntamente com o ensino e pesquisa, assim, as ações extensionistas não podem se caracterizar como atividades esporádicas nas comunidades, ou seja, a comunidade aparecendo apenas para reforçar as ideias e teorias debatidas em aula, mais ao contrário disso, as ações não podem caracterizar como “resolução” imediata e paliativa de problemas sociais, dessa forma, as ações de extensão seriam um debater sistemático, histórico e de renovação constante, objetivando uma alfabetização política e científica da comunidade para melhor entendimento do que provocam as desigualdades sociais, bem como, objetivar incentivo as formas de intervenções organizadas e sistematizadas.

Diante do exposto, as ações de extensão pensando as possibilidades das relações/ inserção/ permanência entre a população negra e os demais sujeitos, não deveriam se apresentar como políticas de reparo ou reformista que efetivamente não mudam o quadro, deveriam se apresentar propostas que viabilizem um diálogo profundo entre comunidade negra e universidade para que juntos se escolha o melhor caminho para superação das desigualdades sociais e racismo, ou seja, a construção de um projeto histórico de sociedade.

Posto isso, na próxima sessão do texto apresentaremos algumas desigualdades que podem ser estudadas, refletidas por ações de extensão.

Metodologia e Discussão

O presente texto apresentou como metodologia o levantamento de dados no site do IBGE que representam a condição do negro na sociedade atual no que tange educação, emprego e renda, com base neles realizar reflexões sobre a extensão universitária e o negro na sociedade brasileira.

Isto posto, se pôde observar por meio dos dados disponibilizados no site do IBGE, a desigualdade educacional entre os sujeitos:

[...] as crianças de 0 a 5 anos pretas ou pardas frequentavam menos escola ou creche que as crianças brancas em 2017, com uma diferença de 2,6 pontos percentuais entre elas. As crianças residentes em domicílios rurais se encontravam em desvantagem ainda mais intensa em relação às residentes em domicílios urbanos: enquanto a frequência escolar do primeiro grupo era de 43,4%, a do segundo era de 54,7%, em 2017 (BRASIL, 2017, p.88).

Em consequência do que está posto, a dificuldade de acesso, permanência e sucesso na escola, separa significativamente o negro dos espaços e postos dos melhores trabalhos da sociedade, desse modo, arremessando o negro para muito abaixo da linha da pobreza. Segundo Sen, 2010, essa dificuldade em se escolarizar, associada a pobreza, se apresenta como privação de capacidades. Pois, o tratamento desigual recebido pelo indivíduo negro, se manifesta em

diferentes áreas da sociedade. Assim, fica evidente que se manifesta em outros espaços como a saúde, a assistência social, na geração de renda e emprego.

Essa privação, acomete mais as meninas que os meninos, dando a entender que as meninas são mais limitadas que os meninos, com isso se manifestando nas relações de trabalho na sociedade brasileira. Dessa forma, quanto maior for o alcance da educação básica, maior será a inclusão das meninas na sociedade e como consequência no mundo do trabalho. Diante do exposto, as ações de extensão das universidades poderiam efetivamente debater tais questões no que tange a pobreza, o tratamento desigual recebido pelos negros, sobretudo, pelas negras. Em função desse tratamento desigual.

Diante disso, apresentamos como sugestões, ações de extensão que tenham como proposta debater com radicalidade as origens sociais dessas desigualdades e, que acima de tudo, possa produzir atos que possibilita efetivamente modificar a realidade do racismo na sociedade brasileira.

Ainda tendo como base os dados disponibilizados pelo estado brasileiro:

[...] na análise por cor ou raça, tendo que em 2017 a proporção de brancos era de 45,8% e a de pretos e pardos de 53,2%, observa-se que esse recorte constitui também uma característica importante na segmentação das ocupações e a persistência, ainda hoje, da segregação racial no mercado de trabalho. Assim, a presença dos pretos ou pardos na Agropecuária (60,8%), na Construção civil (63,0%) e nos Serviços domésticos (65,9%) é mais acentuada-justamente as três atividades que possuíam menores rendimentos médios em 2017. Já as atividades de educação, saúde e serviços sociais são as que contavam, em 2017, com a maior participação de pessoas ocupadas brancos (51,7%). [...] No mercado de trabalho, embora nem sempre a escolaridade seja associada ao nível de qualificação de uma ocupação, ela pode ser uma condição necessária para o seu exercício. Pressupõe-se que o nível de instrução é um atributo capaz de diferenciar as ocupações do ponto de vista do prestígio, da hierarquia e das remunerações. Em geral, a força de trabalho brasileira possui um baixo nível de instrução, uma vez que, em 2017, 43,2% dos ocupados não possuíam o ensino médio completo. Esta condição de escolaridade impacta de forma diferenciada a inserção do trabalhador no mercado de trabalho de acordo com a atividade econômica (BRASIL,2017, p.27).

Tendo em vista esse cenário de desigualdade que está presente na educação e se estendendo para outras áreas como o trabalho, gera e administra uma hierarquia entre pretos e brancos, assim:

Jaccoud e Beghin, apontam que:

[...] a discriminação racial é responsável por parte significativa das desigualdades entre negros e brancos observadas tanto no mercado de trabalho como no campo educacional. Essas desigualdades são resultado não somente de discriminação ocorrida no passado, mas, também, de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. As consequências da persistência e mesmo, em alguns casos, do agravamento dos altos índices de desigualdades raciais são perversas. De um lado, a permanência das desigualdades raciais naturaliza a participação diferenciada de brancos e negros nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros, inibindo o desenvolvimento de suas potencialidades individuais e impedindo o usufruto da cidadania por parte dessa parcela de brasileiros à qual é negada a igualdade de oportunidades que

deve o país oferecer a todos (JACCOUD; BEGHIN, 2002, P.66).

E segundo essa hierarquia social que se constrói, fundamenta a noção de classe social, que no topo estaria o homem em tese branco, europeizado, no meio, os mulatos embranquecidos, conjuntamente com homens brancos não europeizados, na base os negros sem condições de mobilidade social em função da baixa ou ausência da escolarização.

Neste sentido, vale ressaltar que no estado brasileiro, em tese não há prática de racismo, pois, a democracia racial foi criada para não haver mal estar entre os diferentes grupos étnicos inseridos no mesmo, todavia, Sales Jr, afirma que:

Na “democracia racial”, o discurso racial entrincheirou-se no discurso “vulgar” (aforismático, passional, informal e privado), por meio da forma do não-dito racista que se consolidou, intimamente ligado às relações “cordiais”, paternalistas e patrimonialistas de poder, como um pacto de silêncio entre dominados e dominadores. O não-dito é uma técnica de *dizer alguma coisa sem, contudo, aceitar a responsabilidade de tê-la dito*, resultando daí a utilização pelo discurso racista de uma diversidade de recursos tais como implícitos, denegações, discursos oblíquos, figuras de linguagem, trocadilhos, chistes, frases feitas, provérbios, piadas e injúria racial, configurando a não-intencionalidade da discriminação racial (SALES JR., 2006 P.229).

Posto isto, fica evidente que o estado brasileiro já nasce racista e como consequência desse racismo e discriminação com a população aqui estudada, entende-se que o sistema educacional brasileiro em determinados momentos da história, além de não inserir os afro-brasileiros em seu meio, contribuiu para invisibilidade da história da cultura afro-brasileira e africana, por não abordar essa temática enquanto conteúdo educacional, como relata Nascimento(2016):

O sistema educacional funciona como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. [...] Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira, no currículo escolar? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características de seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Ao contrário, quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra (NASCIMENTO, 2016, p.139).

Reverbera o autor sua indignação com a construção do currículo escolar, visto que o estado não se preocupou em inserir em seus conteúdos sobre a história dos negros, sendo assim, foi de suma relevância a aprovação da Lei 10639/03, concebida a partir das lutas dos movimentos sociais negros e políticas de ações afirmativas, a referida Lei foi sancionada em 2003, como forma de reparo por deixar a população negra à deriva da sociedade por muitas décadas, após a data de promulgação da mesma, o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana se tornou obrigatório em todos currículos educacionais do país, tendo como foco principal a desconstrução dos estereótipos voltados para a representação da população negra e propor mecanismos para inclusão a toda esta diversidade cultural posta em nosso país, as quais contribuíram para formação histórico-social da sociedade brasileira. Dessa forma Cavaleiro declara que:

Os movimentos sociais negros, bem como muitos intelectuais negros engajados na luta antirracismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da

sociedade nacional brasileira. Contudo, torná-los obrigatórios, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para a sua implementação de fato. (CAVALLEIRO, 2005, p. 34).

Ademais, para o estado garantir a equidade de direitos e deveres entre os sujeitos, fundamental se faz uma educação sistematizada voltada a formação humana ou dito de outra forma, a prática pedagógica deve ensinar o aluno a pensar (DEMO, 2011).

Para garantia da aprendizagem tanto do aluno quanto do professor, no que tange as relações étnico-raciais, a escola necessita estar organizada para atendê-los com suas peculiaridades e essa organização é articulada pelos gestores de forma democrática, a qual cabe discussões e reflexões sobre a importância do respeito da diversidade étnica que está presente dentro e fora do contexto escolar.

Considerações Finais

Refletir sobre a condição do negro na sociedade brasileira é uma tarefa hercúlea em função de suas nuances, ida e vindas, além disso, fazendo relação com a prima pobre da universidade, a extensão.

A extensão como se apresenta com característica de sair ou ao menos trazer a população para dentro dos domínios da universidade, não era bem vista aos olhos dos docentes, que investiam todas as suas fichas em pesquisa e em ensino. Dessa forma, a pesquisa segue uma tendência ditada pelas agências de fomento, que acabam instituindo que tipo de pesquisa e o formato das mesmas.

A extensão universitária assim como a universidade brasileira recebeu de herança as características eurocêntricas, sobretudo, portuguesas, francesas, alemãs, herança essa que, se apresenta com uma grade curricular inflexível, bem como, com grandes divisões em seu interior, assim temos as ciências da terra, as ciências exatas e as humanidades, que via de regra não dialogam entre si.

Tal divisão associada à luta de classes faz emergir uma universidade com uma grande divisão em seu interior, a esse respeito assevera o autor:

De um lado estavam os cursos técnicos, destinados exclusivamente para as classes trabalhadoras mais qualificadas da revolução industrial; e do outro, aqueles cursos que seriam destinados exclusivamente para a formação da classe dominante, que poderia se dar ao luxo de introjetar um saber não-prático, sustentado em si mesmo. Enquanto o saber técnico seria meramente utilitário, concebido e ensinado como exterior e colado às necessidades de reprodução da vida material, o outro serviria para formar um indivíduo com um mundo interno supostamente mais rico. Essa dicotomia entre um saber aplicado à indústria, à reprodução da vida, à acumulação do capital; e o saber que formaria o caráter da classe burguesa (e cujo modelo foi a formação aristocrática), foi levada adiante sem rupturas por dois séculos e sói ser expressa, até hoje, na oposição entre os cursos de Ciências Exatas, por um lado, e os de Humanidades, por outro, que ainda é a nossa ideia-mestra organizadora do saber universitário, (CARVALHO, 2004, p.05).

Ainda sobre a divisão de saberes no contexto universitário, no caso dos indivíduos negros se pode observar que esses não são agraciados com a possibilidade de se quer está na universidade ao menos para obter o tipo de conhecimento inferior, ou seja, o conhecimento para se aprender a obedecer. Isso faz com que esses indivíduos acabem tendo que viver em favelas, em moradias sem o mínimo de saneamento básico, sem a interferência do Estado, com assistência social, com geração de emprego e renda, bem como, a educação e saúde, isto é, sem a mínima condição de lutar por uma colocação no mundo do trabalho em função de não apresentar condições de entrar na luta.

Esse distanciamento da luta social, ou melhor, da luta de classes, distancia o indivíduo negro da possibilidade de ter acesso aos bens produzidos coletivamente pela sociedade, assim, os mesmos serão sempre os bárbaros, os desviantes, os estigmatizados.

Com a certeza as ações de extensão não podem sozinhas solucionar problemas tão densos da sociedade, mas por outro lado, ela aparece como possibilidade de ruptura com o modelo europeu clássico de organização da universidade, ou seja, a extensão pode romper com a falta de criatividade vivenciado no ensino universitário, bem como, romper com a imobilidade da pesquisa que são ditadas pelas agências de fomento.

Assim, ao apresentar ações de extensão que possibilite a inserção da população negra na universidade, deve ao menos romper com os modelos exclusivamente de ensino que datam de 50 anos atrás. Dessa forma, a extensão pode contribuir para que a universidade possa refletir efetivamente sobre a presença do negro em seu interior, e que, ao entrar possa permanecer e aprender.

E se reconhecer enquanto negro, se empoderando, tendo condições cognitivas, emocionais e teóricas para desconstruir os estigmas/ estereótipos que lhe foram impostos durante a construção da sociedade brasileira.

Diante disso, ao pensar a extensão universitária e negro, é fundamental pensarmos em rupturas com modelos eurocêntricos, bem como, com os modelos de ações efêmeras que não modificam a realidade. Assim sendo, seria muito interessante pensarmos ações de extensão, pensadas em outros formatos, nossa sugestão aponta na direção de ações em módulos, que possa ser pensado em etapas. Uma etapa inicial, os participantes iriam para a universidade refletir sobre os aspectos universitários das causas da exclusão do negro dos diferentes espaços sociais. Em um segundo momento, esses possam voltar para suas comunidades e coletivamente refletir sobre a temática, e, no último momento, retornam à universidade e juntamente com docentes e discentes possam refletir as possibilidades de superação desse fenômeno.

Dessa forma, a extensão pode romper com a lógica de mercantilização da sociedade, pois, os adeptos a privatização da universidade defendem que a extensão deve gerar renda e lucros, se distanciando dos princípios básicos da existência da universidade que, o conhecimento produzido por ela emana da sociedade e para ela deve retornar, sobretudo, com a clara intenção de proteger os mais frágeis socialmente.

Referências

BOTOMÉ, S. P. Sobre a noção de comportamento. FELTES, H. P. de M.; ZILLES, U. (Orgs.) **Filosofia -diálogo de horizontes**. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 685-708.

BRASIL. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira:2018/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE,2018. P.27;88. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

CALIPO, Daniel. **Projetos de extensão universitária crítica: Uma ação educativa transformadora**. Campinas, 2009. Base de dados do Scielo. Disponível em: <[http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Projetos%20de%20extensao%20universitaria_%20 Daniel%20 Bortolotti.pdf](http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Projetos%20de%20extensao%20universitaria_%20Daniel%20Bortolotti.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2012.

CARVALHO, José Jorge. **A Prática da extensão como resistência ao eurocentrismo, ao racismo e a mercantilização da universidade**. Série Antropologia. BRASÍLIA, 2004. p. 05.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Introdução. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei 10639/03**. Brasília, SECAD. 2005. P.34. Disponível em : http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

DEMO, Pedro. **Ser professor: é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental** - Brasília: Ipea, 2002. P.66. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5442. Acesso em: 19 de fev 2019.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro** – 2ºed. São Paulo: Perspectiva, 2019. P. 31.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ºed. São Paulo: Perspectivas, 2016. P. 139.

SALLES JR, Ronaldo. **Democracia racial: o não-dito racista**. 2006. P.229. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a12v18n2.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Valéria. **Ensino, Pesquisa e Extensão: Uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica**. Vitória, novembro de 2011. Base de dados CIELO. Disponível em: [SOUZA, JESSÉ. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato / Jessé Souza**. - Rio de Janeiro: Leya, 2017. p.70-71. Disponível em: \[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4411236/mod_resource/content/0/Jess%C3%A9-Souza-A-Elite-do-Atraso.pdf\]\(https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4411236/mod_resource/content/0/Jess%C3%A9-Souza-A-Elite-do-Atraso.pdf\). Acesso em: 03 mai. 2020.](https://www.google.com/search?q=SILVA.+Val%C3%A9ria.+Ensino%2C+Pesquisa+e+Extens%C3%A3o%3A+Uma+an%C3%A1lise+das+atividades+desenvolvidas+no+GPAM+e+suas+contribui%C3%A7%C3%B5es+para+a+forma%C3%A7%C3%A3o+acad%C3% .Acesso em 15 abri. 2021.</p></div><div data-bbox=)

SOUZA, Warley Carlos de. **Formação em contexto dos professores de educação física**. Revista Humanidades e Inovação vol.5, n.1-2018. P.220. Disponível em: <file:///D:/Downloads/577-Article%20Text-2525-1-10-20180308.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

Recebido em 15 de setembro de 2021.

Aceito em 08 de novembro de 2021.